

Avaliação Ambiental Estratégica



PDM de Barcelos

RESUMO NÃO TÉCNICO

DEZEMBRO DE 2014



Equipa

Coordenação

Maria do Rosário Partidário

Equipa Técnica

Joana Lima

Margarida Monteiro

Rita Bruno Soares

Rute Martins

Sofia Frade

Índice

Acrónimos.....	3
1. O que é o Resumo Não Técnico ?	4
2. O que é PDM de Barcelos ?	4
3. O que é a Avaliação Ambiental ? E a Avaliação Ambiental Estratégica ?.....	4
4. O que são o Relatório Ambiental e a Declaração Ambiental?.....	5
5. O que se avaliou ?.....	6
6. Quais são os Fatores Críticos de Decisão do PDM de Barcelos ?	7
7. Quais as principais políticas orientadoras e os principais planos e programas relevantes?	8
8. Quais as principais tendências e problemas ambientais relevantes para a avaliação ambiental do PDM de Barcelos ?	9
9. Quais as principais oportunidades e riscos para um desenvolvimento sustentável a longo prazo decorrentes do PDM de Barcelos?	10
10. Quais as principais diretrizes para planeamento ? E quem são os principais agentes no sucesso da implementação do plano ?	14
11. Quais são os principais indicadores de monitorização ?	17
12. O que se conclui sobre o desempenho ambiental e de sustentabilidade do PDM de Barcelos ?.....	18

Acrónimos

AA	Avaliação Ambiental
AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
ALE	Áreas de Localização Empresarial
CCDR-N	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
CMB	Câmara Municipal de Barcelos
FCD	Fator Crítico de Decisão
GEE	Gases com Efeito de Estufa
ONG	Organização Não Governamental
PDM	Plano Diretor Municipal
RA	Relatório Ambiental
REN	Rede Ecológica Nacional
RNT	Resumo Não Técnico
TI	Transporte Individual

1. O que é o Resumo Não Técnico ?

O Resumo Não Técnico (RNT) é um documento que integra o Relatório Ambiental (RA) e que pretende informar adequadamente todos os que têm direito e querem participar. O RNT resume, em linguagem corrente, as principais informações constantes no RA. Quem pretende aprofundar alguns aspetos relativos à integração e avaliação das questões ambientais e de sustentabilidade no Plano Diretor Municipal (PDM) de Barcelos poderá consultar o RA que estará disponível durante o período de consulta pública.

2. O que é PDM de Barcelos ?

O PDM de Barcelos estabelece a estratégia de desenvolvimento, a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e as demais políticas com expressão territorial, e também integra e articula as orientações estabelecidas por outras políticas, planos e programas de âmbito nacional e regional. O PDM estabelece o modelo de organização espacial do território municipal sendo a referência para a elaboração dos demais planos municipais de ordenamento do território e para o estabelecimento de programas de ação territorial.

O PDM é elaborado pela Câmara Municipal de Barcelos (CMB) e é revisto de dez em dez anos.

3. O que é a Avaliação Ambiental ? E a Avaliação Ambiental Estratégica ?

A elaboração do PDM de Barcelos encontra-se sujeita a um processo de Avaliação Ambiental (AA) de acordo com a legislação em vigor – Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio. O objetivo da AA é apoiar a decisão relativamente a um plano ou programa, ao identificar, descrever e avaliar os seus efeitos ambientais, de forma a determinar as oportunidades e riscos que esse plano ou programa apresenta para um desenvolvimento sustentável.

A CMB é legalmente responsável pela elaboração da AA, pela definição do seu âmbito e pela produção da Declaração Ambiental que é entregue à Agência Portuguesa do Ambiente após aprovação do plano.

A AA do PDM de Barcelos seguiu uma abordagem de **Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)** desenvolvida por Partidário¹, com o objetivo de integrar considerações de sustentabilidade nas decisões de longo prazo PDM e também validar estas recomendações através da consulta pública e institucional. Esta abordagem é focada em poucos, mas prioritários, **fatores críticos de decisão (FCD)**, identifica os **principais riscos e oportunidades** para o desenvolvimento sustentável que possam resultar do plano, e traça **diretrizes de planeamento, gestão e controlo** (monitorização) bem como um **quadro de governança** (ou responsabilidades institucionais) que devem **acompanhar a implementação do plano**, bem como as suas revisões, garantindo assim que os potenciais riscos são reduzidos ou evitados e que as oportunidades de longo prazo que possam resultar do PDM se concretizam.

A avaliação estratégica tem em consideração as tendências dominantes relativamente aos temas considerados nos FCD, bem como as principais políticas regionais, nacionais e europeias que servem de orientação para o desenvolvimento do concelho e que servem de referencial para a avaliação (por exemplo, a estratégia nacional de desenvolvimento sustentável ou o quadro de referencia estratégico nacional). Desta forma, a AA contribui para que os objetivos do plano se encontrem alinhados com as intenções políticas de nível superior.

4. O que são o Relatório Ambiental e a Declaração Ambiental?

O **Relatório Ambiental (RA)** é um documento no qual se apresentam as principais análises e conclusões do processo de AA ao longo da elaboração do plano. O RA, incluindo o RNT, são instrumentos fundamentais para efeito de discussão pública do plano.

O RA resulta também dos resultados da consulta efetuada a entidades e ao público, resultados esses que são ponderados na versão final do Plano que é depois sujeito a aprovação pelo pela Assembleia Municipal.

Após a aprovação do plano é emitida uma **Declaração Ambiental**, documento público onde se sintetizam as informações mais relevantes do processo de AA, a forma como forma

¹ Partidário, M.R. (2012). “Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica - orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE”, Lisboa. Agência Portuguesa do Ambiente / Redes Energéticas Nacionais. Disponível em <http://www.iaia.org/publicdocuments/special-publications/Guia%20AAE.pdf>

incorporadas no plano as recomendações da avaliação, as medidas de controlo a implementar e os contributos das participações institucional e pública.

5. O que se avaliou ?

Para ser considerada estratégica, segundo Partidário (2012), a AA deve acompanhar a elaboração do plano desde o seu início por forma a influenciar todo o processo de tomada de decisão. Assim, a AAE ajudou a explicitar as principais áreas de política que estruturam a estratégia de desenvolvimento concelhio, apresentadas de seguida:

Objetivos estratégicos do PDM
a) Integração dos valores naturais, agrícolas e florestais numa base que assegure a sustentabilidade do território e que estruture a distribuição das funções do mesmo;
b) Conceção de uma estratégia de salvaguarda e valorização do património natural e construído e preservação do espaço rural como identidade cultural e paisagística do concelho, servindo de suporte à atividade turística;
c) Dotação de solo urbano adequado para dar resposta às necessidades habitacionais da população nas freguesias em espaço rural;
d) Definição de critérios de gestão fundiária através da regulamentação de um regime de cedências e compensações e compatibilização de taxas urbanísticas e introdução de mecanismos de perequação;
e) Consolidação dos aglomerados urbanos e contenção dos fenómenos de povoamento difuso;
f) Racionalização e rentabilização das redes de infraestruturas territoriais e de equipamentos de utilização coletiva e otimização da mobilidade através de uma nova organização do território em agrupamentos de freguesias (Unidades Territoriais);
g) Melhoria das acessibilidades ao centro urbano;
h) Definição de uma nova estratégia para os transportes públicos rodoviários;
i) Adequação dos perfis da rede viária municipal, às funções desenvolvidas;
j) Revitalização e requalificação dos núcleos de freguesia ou respetivas áreas identitárias;
k) Adequação dos aglomerados urbanos à identidade rural do concelho bem como às atuais exigências de qualidade de vida, identificando e delimitando os espaços onde coexistem a função habitacional e as atividades agropecuárias;
l) Agrupar as atividades poluentes e dar expressão aos polos industriais;
m) Criação de novas formas de apoio à habitação e alargamento dos estratos de população abrangida;
n) Potenciar a atividade turística como contraponto à crise estrutural das indústrias tradicionais.

A AAE avaliou estes objectivos e também a forma como estes se materializam no modelo territorial: o conjunto das regras, orientações, programas e políticas para a ocupação e uso do solo no concelho.

6. Quais são os Fatores Críticos de Decisão do PDM de Barcelos ?

Os FCD constituem o esqueleto que estrutura a AAE. São temas chave, integrados, e fatores de sucesso ambiental e de sustentabilidade que por isso devem ser considerados na decisão estratégica. Servem para focar a atenção sobre o que é realmente importante para o desenvolvimento territorial de Barcelos e permitem por isso avaliar como a estratégia do PDM dá resposta a esses temas críticos.

Identificaram-se seis FCD, em conjunto com a CMB e outras entidades relevantes:

- **FCD 1: Identidade cultural** - Valorizar, dinamizar e proteger a identidade local no que diz respeito ao património natural e cultural, material e imaterial, numa lógica de diferenciação e de articulação entre a tradição e a inovação, partindo do envolvimento dos cidadãos.;
- **FCD 2: Valorização dos recursos territoriais** - Valorizar os recursos endógenos do município no desenvolvimento do território e atender à forma como a utilização dos recursos endógenos está a ser considerada ao nível das opções estratégicas do Município.;
- **FCD 3: Competitividade** - Considerar fatores de diferenciação e competitividade do território concelhio e analisar como os recursos endógenos são integrados e valorizados na implementação da estratégia para a competitividade territorial;
- **FCD 4: Organização e gestão municipal** - Avaliar se a organização e gestão municipal se faz em função das opções e prioridades estratégicas de desenvolvimento, bem como qual o nível de empenho e de articulação da gestão municipal para a operacionalização das opções estratégicas;
- **FCD 5 Ordenamento territorial** - Avaliar a evolução do modelo de ocupação territorial promovendo os fatores de ruralidade e o espaço rural enquanto característica

identitária do concelho, os fatores de promoção da mobilidade e do acesso aos equipamentos e serviços básicos;

- **FCD 6 Coesão social e potencial humano** - Avaliar as tendências relativas à dimensão social do município e à capacidade de desempenho com base na promoção do seu potencial humano.

7. Quais as principais políticas orientadoras e os principais planos e programas relevantes?

Foram analisadas as principais políticas, planos e programas europeus e nacionais que estabelecem objetivos e/ou metas de sustentabilidade que devem orientar o PDM de Barcelos.

São eles:

A nível europeu:

- Estratégia Europa 2020.

A nível nacional:

- Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2015;
- Quadro de Referência Estratégico Nacional;
- Agenda Digital 2015 (Plano Tecnológico);
- Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural 2007-2013;
- Plano Global Estratégico de Racionalização e Redução dos Custos das Tecnologias de Informação e Comunicação;
- Programa Nacional para as Alterações Climáticas;
- Estratégia Nacional para a Energia 2020;
- Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética 2015;
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território 2007-2025;
- Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007 – 2013;
- Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos 2006 – 2016;
- Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água;
- Plano Nacional de Saúde 2012-2016;
- Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde 2008-2013;
- Estratégia Nacional para as Florestas;
- Plano Setorial Rede Natura 2000;
- Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade;
- Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego;
- Plano Nacional de Ação para a Inclusão 2010-2012;
- Programa Operacional Temático Potencial Humano 2007-2013;

- Estratégia Nacional para a Proteção Social e Inclusão Social 2008 – 2010;
- Plano para a Integração dos Imigrantes 2011-2013;
- Plano Estratégico de Habitação 2008-2013;
- Plano Estratégico Nacional de Turismo;
- Plano Estratégico dos Transportes.

A nível regional:

- Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013;
- Norte 2015;
- Plano de Bacia Hidrográfica do Cávado, Ave e Lima;
- Plano Regional de Ordenamento do Território da região Norte;
- Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Minho;

8. Quais as principais tendências e problemas ambientais relevantes para a avaliação ambiental do PDM de Barcelos ?

As **tendências relevantes** observadas no passado e que se pode assumir que se manterão no futuro se nada for feito são, por FCD:

FCD 1 Identidade Cultural:

- Degradação do património natural devido a atividades agroflorestais e expansão urbana desregrada;
- Baixa acessibilidade aos equipamentos culturais.

FCD 2 Valorização dos recursos territoriais:

- Aumento do consumo energético (setores doméstico, industrial e edifícios/vias públicas);
- Diminuição da qualidade das águas superficiais;
- Evolução pouco acentuada da percentagem de população servida pela rede de saneamento;
- Atividades agropecuárias e industriais como principais focos de poluição.

FCD 3 Competitividade:

- Queda da produção e abandono da atividade agrícola, nomeadamente da vinícola;
- Fileira do leite com crescimento positivo absoluto e ao nível da produtividade das explorações;
- Manutenção de baixas taxas de ocupação de cama no setor turístico;
- Manutenção de um perfil funcional do setor secundário pouco variado.

FCD 4 Organização e gestão municipal:

- Pouca clarificação da hierarquização e competências para a gestão territorial, que intensificam a elevada fragmentação de centros de poder local;
- Ineficácia dos processos de envolvimento público e inexistência de orçamentos participativos;
- Contenções orçamentais municipais;
- Diminuição do investimento empresarial e insuficientes mecanismos de incentivo à localização empresarial.

FCD 5 Ordenamento territorial:

- Assimetrias na distribuição das infraestruturas, nomeadamente dos equipamentos escolares;
- Modelo territorial concelhio decorrente de uma dispersão não regulada e de padrões de inércia de decisão em matéria de ordenamento;
- Êxodo rural;
- Fraca oferta de transporte coletivo e multimobilidade.

FCD 6 Coesão social e potencial humano:

- Aumento da taxa de desemprego;
- Carência de alternativas na formação profissional para as fileiras estratégicas;
- População com baixos níveis de qualificação;
- Aumento do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção;
- Défice na capacidade de resposta a questões típicas pelo tecido institucional local;
- Insuficientes programas de integração social.

9. Quais as principais oportunidades e riscos para um desenvolvimento sustentável a longo prazo decorrentes do PDM de Barcelos?

As **principais oportunidades a longo prazo** que podem resultar do PDM de Barcelos são:

Considerando a Identidade Cultural:

- Identificação e salvaguarda do Património cultural;
- Valorização e salvaguarda e proteção dos recursos naturais através do condicionamento da ocupação de áreas de património natural e fruição das funções recreio, lazer e turismo a eles associadas;
- Reforço da identidade rural do município, através da definição de medidas de proteção dos núcleos urbanos e das paisagens rurais;

- Melhoria da distribuição dos equipamentos culturais e seu usufruto por parte das populações.

Do ponto de vista da **Valorização Territorial**:

- Diminuição do consumo energético e das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) ao nível das novas habitações e sistema logístico e da diminuição das necessidades de deslocações;
- Aproveitamento e valorização dos recursos agroflorestais como fonte alternativa de produção de energia;
- Permeabilização do solo e salvaguarda de áreas para recarga de aquífero;
- Salvaguarda de indústrias em áreas de risco de cheia;
- Aumento da qualidade das águas superficiais e da taxa de população servida por sistemas de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais;
- Valorização dos resíduos florestais enquanto fonte alternativa de produção de energia;
- Incentivos à realocização de indústrias e à concentração de atividades poluidoras em locais específicos.

No prisma da **Competitividade**, destaca-se pela positiva:

- Estimular o investimento e a produtividade do setor da agropecuária e reforçar a sua competitividade;
- Valorizar as atividades ligadas ao setor primário e, em particular, as da fileira agropecuária através da promoção e salvaguarda do potencial agropecuário e das atividades tradicionais concelhias;
- Reforçar a resiliência económica da agropecuária através da instalação de atividades complementares como o agro-turismo;
- Projetar nacional e internacionalmente o artesanato concelhio;
- Promover a instalação de unidades de produção e comercialização de artesanato em núcleos urbanos emergentes;
- Afirmar Barcelos como destino turístico integrado, qualificado e sustentável através da promoção do agroturismo, da criação de espaços qualificados de lazer e recreio, da qualificação e valorização do património;
- Promover a instalação de atividades terciárias nos aglomerados urbanos em solo urbano e rural, fomentando a integração destes aglomerados nas rotas turísticas;
- Reduzir conflitos de uso do solo e aumentar a atratividade turística do concelho através da concentração das atividades poluentes em polos industriais;
- Promover soluções construtivas mais eficientes energeticamente e potencialmente mais rentáveis economicamente particularmente críticas no setor do turismo;
- Incentivar a instalação de atividades económicas de elevado perfil tecnológico e o estabelecimento de sinergias entre atividades através da criação de polos industriais e Áreas de Localização Empresarial (ALE), contribuindo assim para a diversidade funcional e competitividade do concelho;

- Promover a instalação de atividades terciárias nos núcleos urbanos em solo urbano e rural contribuindo para a diversificação funcional do concelho;
- Reforçar a competitividade global do concelho de uma forma sustentável através da salvaguarda e valorização do património natural e da identidade rural e por outras como o comércio e serviços, lazer, recreio e turismo que interessa fixar por forma a diversificar o perfil funcional do concelho.

Na ótica da **Organização e Gestão Municipal**:

- Reforço da descentralização camarária;
- Articulação de competências técnicas e administrativas;
- Possibilidade de oportunidades urbanísticas com base no princípio da igualdade – promoção de situações *win-win* entre município e proprietários;
- Envolvimento dos cidadãos na vida ativa concelhia;
- Aposta no dinamismo económico e incentivo ao investimento e localização empresarial;
- Aumento da atratividade municipal;
- Sustentabilidade municipal através da criação de projetos de natureza supramunicipal de projeção identitária;
- Desenvolvimento de iniciativas públicas e privadas para exploração de atividades locais.

Considerando o **Ordenamento territorial**:

- Organização da rede de equipamentos através da disponibilização de solos e definição de um programa das intervenções a executar no âmbito do Plano e da gestão urbanística;
- Promoção de um modelo de ocupação mais qualificado que pretende preservar as características morfológicas dos núcleos tradicionais e valorizá-los e que contraria a tendência de dispersão urbana e promove a contenção da expansão;
- Criação de fatores atrativos e de fixação populacional em meio rural, consubstanciados com a valorização dos espaços naturais e culturais, promovendo a multifuncionalidade agrícola e manutenção das características vivenciais do espaço construído através da requalificação dos núcleos tradicionais;
- Promoção de construção de novas infraestruturas de transportes.

Do ponto de vista da **Coesão social e potencial humano**:

- Atratividade económica associada à agropecuária, floresta, e turismo e criação de novos postos de trabalho;
- Promoção de programas de integração social ajustados às necessidades da população com maiores dificuldades económicas.

Os **principais riscos a longo prazo** são:

Considerando a **Identidade Cultural**:

- Ocupação de áreas naturais contribuindo para a destruição da conectividade dos sistemas ecológicos;
- Perda líquida da REN (Reserva Ecológica Nacional) bem como das funções a ela associadas devido a compromissos urbanísticos já existentes.

Do ponto de vista da **Valorização Territorial**:

- Manutenção dos elevados consumos energéticos ao nível do edificado existente, espaço público, transportes e setores industrial e de serviços, pela ausência de incentivos à adoção de sistemas energéticos mais eficientes;
- Aumento da utilização do transporte individual (TI) e, conseqüentemente, emissões de GEE, pela ausência de medidas para a utilização de transporte coletivo rodoviário;
- Perda de espaços florestais de proteção que são potenciais sumidouros de carbono e de fixação de solo e que promovem a infiltração de água;
- Aumento da insegurança de edificações face a eventos climáticos extremos pela ausência de medidas de realocação das mesmas;
- Manutenção das fontes de poluição associadas à baixa taxa de população com ligação à rede de drenagem e tratamento de águas residuais, por ausência de medidas concretas de resolução deste problema;
- Aumento dos níveis de poluição proveniente das atividades económicas, pela ausência de medidas para o tratamento dos respetivos efluentes;
- Manutenção dos níveis de ruído provenientes do transporte rodoviário;
- Perda de espaços de fruição ambiental (espaços de proteção);
- Manutenção dos impactos das atividades turísticas no solo, ar e água pela ausência de medidas concretas para os evitar.

No prisma da **Competitividade**, destaca-se:

- Reforço do solo urbano municipal e da edificação em geral, em particular em meio rural, poderá ameaçar o setor por ocupação de solo com potencial agrícola;
- Ausência de medidas para a promoção de métodos de produção sustentáveis e de estratégias para estimular a criação de produtos certificados e/ou de origem controlada constitui uma ameaça à competitividade do setor;
- Construção de novas unidades hoteleiras em detrimento da qualificação das existentes poderá resultar na degradação das taxas de ocupação na hotelaria já por si baixas, ameaçando assim a qualificação e competitividade do setor;
- Ausência de medidas claras para a concretização da estratégia de mobilidade e acessibilidade poderá resultar na perda da oportunidade de facilitar a deslocação de turistas, de tornar Barcelos mais competitivo e atrativo junto de segmentos de turismo mais jovens e de promover o desenvolvimento do setor nos núcleos servidos por rede de transporte público;
- Ausência de medidas claras para a concretização da estratégia de mobilidade e acessibilidade poderá resultar na perda da oportunidade de redução dos custos estruturais da atividade económica, de incentivo à instalação de novas atividades e de reforço da competitividade económica do concelho em geral;

- Ausência de estratégias e medidas concretas no sentido do reforço da inovação e do conhecimento;

Na ótica da **Organização e Gestão Municipal**:

- Ausência de definição dos níveis de intervenção dos diversos atores na gestão territorial;
- Carência de mecanismos de simplificação administrativa;
- Ausência de mecanismos de envolvimento da população de forma ativa, responsável e equitativa nos processos decisórios concelhios;
- Possibilidade de incapacidade de intervenção e sobreposição de competências e múltiplos conflitos de interesse;
- Ausência de mecanismos de proximidade de serviços municipais;
- Dificuldade de implementação (a nível fiscal e administrativo) de medidas das estratégias associadas ao sector da habitação, serviços e transportes;
- Ausência de medidas de apoio à criação de infraestruturas de base tecnológica e inovação;
- Ausência de medidas de promoção à cooperação e participação empresarial supramunicipal;
- Inexistência de estratégias para a promoção de economias de escala.

Considerando o **Ordenamento territorial**:

- Manutenção da tendência de dispersão urbana;
- Aumento de uso do TI por ausência de medidas concretas para a estratégia de mobilidade e acessibilidade e incentivos para melhorar o serviço de transporte público.

Do ponto de vista da **Coesão social e potencial humano**:

- Ausência de incentivos à integração de desempregados locais nas fileiras estratégicas;
- Ausência de incentivos à qualificação e integração de desempregados locais na fileira do turismo;
- Ausência de incentivos à alocação de desempregados locais na atividade turística.

10. Quais as principais diretrizes para planeamento ? E quem são os principais agentes no sucesso da implementação do plano ?

Para concretizar as oportunidades identificadas e evitar os riscos, destacam-se as seguintes **diretrizes de planeamento e gestão**:

- Garantir a recuperação do património classificado e não classificado do município e a manutenção da identidade dos núcleos tradicionais e paisagens minhotas;
- Garantir a continuidade dos sistemas ecológicos através da restrição à edificação e apostar no potencial de fruição dos mesmos em articulação com o património cultural;

- Assegurar a minimização da perda de área de REN bem como cumprimento das suas funções;
- Promover a reflorestação e florestação e a criar medidas de aproveitamento e valorização recursos agro-florestais (exº produção de energia);
- Assegurar a realocação de edificação e indústrias poluidoras em áreas de risco;
- Garantir abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais a toda a população;
- Garantir a regulamentação o tratamento de efluentes das várias atividades industriais, económicas e agropecuárias no concelho;
- Incentivar a integração de sistemas de gestão da eficiência energética em todos os sectores e no edificado existente;
- Estabelecer medidas para a concretização da estratégia de mobilidade e acessibilidade do concelho que promovam a mobilidade suave e fomentem o uso de transporte coletivo rodoviário;
- Estabelecer medidas de controlo dos níveis de ruído em zonas sensíveis;
- Regular as atividades turísticas de acordo com as boas práticas ambientais;
- Criar condições ao nível da cadeia produtiva para promover a competitividade dos produtos locais no mercado concelhio e regional e reduzir a necessidade de importação de produtos agroalimentares;
- Promover a salvaguarda do potencial agropecuário e das atividades tradicionais concelhias;
- Promover e incentivar a certificação dos produtos e métodos de produção do setor primário (Agricultura Biológica, Produção Integrada) podendo explorar-se comercialmente essa vantagem competitiva, associando-a – por exemplo – a campanhas de promoção de Barcelos enquanto destino turístico;
- Promover o artesanato como parte integrante do produto turístico de Barcelos;
- Promover o concelho como produto turístico integrado junto do mercado nacional e internacional;
- Divulgar as rotas turísticas do concelho, qualificar a oferta e facilitar o acesso aos aglomerados urbanos;
- Promover a criação de relações interempresariais e interindustriais, fomentando atividades económicas de elevado perfil tecnológico;
- Garantir que as novas edificações não condicionam a produtividade das explorações, a disponibilidade de solo e que não ameaçam a qualidade e disponibilidade dos recursos aquíferos;
- Desincentivar a nova construção no setor da hotelaria e promover a qualificação das unidades existentes;
- Identificar setores de vocação concelhias e promover o conhecimento e a formação especializada (seja no setor público ou no privado), o desenvolvimento tecnológico e a relação entre escolas e empresas;
- Assegurar o reforço de competências das freguesias através da celebração de contratos interadministrativos;
- Implementação de um sistema de organização entre proprietários para uma fácil, efetiva, equitativa e responsável repartição de custos de urbanização;

- Incentivar a participação dos cidadãos nos processos de consulta pública de âmbito de planeamento territorial nomeadamente através de orçamentos participativos;
- Promover a criação de políticas de cooperação nos diversos domínios estratégicos que fomentem autonomia orçamental sustentável;
- Criar redes de apoio e cooperação entre os agentes interessados com vista à prossecução de projetos de desenvolvimento e de projeção identitária;
- Promover o desenvolvimento de projetos criativos, a partir de iniciativas públicas e/ou privadas para a dinamização das atividades locais;
- Dinamizar parcerias público-privadas para a valorização das atividades locais;
- Garantir a melhor relação custo-benefício dos diversos sectores de intervenção municipal;
- Assegurar o envolvimento dos diversos atores na estrutura de gestão territorial;
- Apostar na criação do 'balcão único' de atendimento;
- Criar plataformas de diálogo entre autarquia local (CMB e freguesias) e cidadãos;
- Criar plataformas de diálogo entre a administração central, administração local e proprietários com vista à diminuição dos conflitos existentes e à clarificação das diversas competências e responsabilidades;
- Garantir a proximidade dos serviços municipais e atividades económicas de acordo com o novo modelo de ocupação e gestão territorial;
- Apostar a implementação de mecanismos incentivo ao financiamento, através da criação de estratégias de cooperação empresarial, institucional, municipal e entre cidadãos;
- Desenvolver, implementar e valorizar mecanismos de incentivo fiscal e administrativo à localização empresarial;
- Garantir que a dotação de novos equipamentos se adequa às carências de equipamento escolar e cultural identificadas;
- Promoção da articulação entre o meio rural e urbano como critério orientador do desenho dos equipamentos;
- Garantir um desenvolvimento urbano multifuncional mais compacto, racional e qualificado, explorando as economias de aglomeração;
- Promover a fixação e geração de atividades económicas que privilegiem o capital humano municipal através da sua capacitação e emprego;
- Promover programas de integração social ajustados aos problemas maiores do concelho e a grupos-alvo específicos (como grupos minoritários, jovens, desempregados, idosos ou pessoas portadoras de deficiência);
- Garantir que as fileiras estratégicas promovem a integração e qualificação de desempregados locais nos novos postos de trabalho.

Os principais agentes no sucesso da implementação do PDM de Barcelos e na garantia da sustentabilidade da implementação do plano, são os intervenientes diretos no território do concelho mas também a Administração Central, a Agência Portuguesa do Ambiente, o Instituto de Conservação da Natureza e da Floresta, a Direção-Geral do Território, a Direção Regional de

Cultura, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), Comunidade Intermunicipal do Cávado, Turismo do Porto e Norte de Portugal, as várias entidades com responsabilidades específicas de monitorização e também a sociedade civil, as ONGs, o setor privado e acima de tudo a população em geral cujo envolvimento ativo nos processos de tomada de decisão é essencial para garantir um desenvolvimento sustentável.

11. Quais são os principais indicadores de monitorização ?

Os principais indicadores de monitorização propostos pela AAE são:

- Variação da edificação em áreas de elevada sensibilidade ecológica;
- Variação da área de estrutura ecológica integrada;
- Reabilitação de edifícios e do centro histórico (numero de edifícios, planos/projetos);
- Investimento na Recuperação de Património;
- Número de áreas com interesse patrimonial em bom estado de conservação;
- Percentagem de recuperação do património classificado e não classificado do município;
- Investimento da CMB em atividades culturais;
- Número de projetos de eficiência energética e principais fontes emissoras de GEE nos vários sectores e edificado existente;
- Programas, medidas e iniciativas municipais para a promoção da utilização de fontes de energia renovável (solar);
- Percentagem de população servida por sistemas de abastecimento, tratamento e drenagem de águas residuais;
- Níveis de qualidade do ar no concelho;
- Número de indústrias e agropecuárias produtoras de efluentes sem tratamento;
- Níveis de ruído (decibel) em zonas sensíveis;
- Percentagem de solo de elevado potencial agrícola;
- Produtividade agrícola e pecuária média;
- Percentagem de estabelecimentos hoteleiros de agroturismo;
- Percentagem de explorações agropecuárias integradas e com produção biológica;
- Número de produtos certificados e sua colocação nos mercados nacional e internacional;
- Grau de concretização das áreas de localização empresarial previstas;
- Espaços industriais qualificados;
- Incentivos fiscais e administrativos à localização empresarial;
- Contributo do artesanato, atividades culturais e setor primário para o PIB concelho;
- Número de projetos de execução de partilha e disseminação de conhecimento a nível interdepartamental e sociedade civil;
- Variação da despesa orçamental em projetos de I&D por classificação funcional;

- Taxa de concretização de projetos de desenvolvimento;
- Número de ações de cooperação territorial envolvendo a CMB;
- Número, tipo e frequência de sessões de envolvimento público;
- Número e capacidade de equipamentos de educação, saúde e culturais;
- Evolução da percentagem de população residente habitação dispersa;
- Áreas de influência e graus de cobertura do transporte público;
- Medidas de incentivo ao uso de transportes públicos;
- Evolução das redes de mobilidade suave, viária e rede ferroviária;
- Número de postos de trabalho criados/extintos em cada fileira estratégica;
- Taxa de desemprego/emprego local;
- Número de programas de qualificação e integração profissional por fileira estratégica;
- Percentagem de população com formação profissional adequada às fileiras estratégicas do concelho.

12. O que se conclui sobre o desempenho ambiental e de sustentabilidade do PDM de Barcelos ?

O PDM Barcelos contém objetivos estratégicos claros no que diz respeito à valorização dos recursos endógenos, promoção das fileiras económicas associadas à agropecuária, floresta e turismo e contenção do fenómeno de dispersão urbana.

Contudo existem alguns conflitos a nível estratégico, bem como ausência de medidas que assegurem a execução de objetivos estratégicos, o que representa riscos potenciais que podem vir a condicionar o sucesso do PDM. Destaca-se em particular a materialização de medidas que concretizem os objetivos estratégicos relativos à promoção de uma rede de transportes públicos no concelho. Também relativamente à adaptação às alterações climáticas não foram concretizadas medidas no Modelo Territorial. O mesmo se passa com as temáticas relativas à qualidade da água e do solo que são tratadas de uma forma indireta não representando a relevância adequada face à dimensão desta problemática no concelho.

Seguidamente, apresenta-se uma síntese de oportunidades e riscos associadas a cada objetivo estratégico do PDM (conforme referidas no Art.2º do Regulamento do Plano):

a) Integração dos valores naturais, agrícolas e florestais numa base que assegure a sustentabilidade do território e que estruture a distribuição das funções do mesmo.

Através da materialização deste objetivo estratégico no modelo territorial é fomentada a competitividade das fileiras agrícola, florestal e turística com a criação de condições para a instalação de estruturas de apoio à produção em espaços agrícolas.

b) Conceção de uma estratégia de salvaguarda e valorização do património natural e construído e preservação do espaço rural como identidade cultural e paisagística do concelho, servindo de suporte à atividade turística.

Fomenta o aproveitamento dos espaços de usos múltiplos criando oportunidades para a manutenção do património natural em articulação com o património cultural concelhios de modo a reforçar o seu valor, potenciando o seu usufruto por parte das populações, bem como para fins turísticos. Contribui também para a competitividade do concelho, criando condições para a valorização dos resíduos agroflorestais (como fonte alternativa de produção de energia) e para o desenvolvimento de atividades tradicionais (agropecuária e artesanato) fortemente dependente dos recursos naturais e culturais. Concorre igualmente para outras atividades como o comércio e serviço, lazer, recreio e turismo que interessa fixar por forma a diversificar o perfil funcional do concelho, e conseqüentemente a valorização do espaço rural e diminuição da ocupação dispersa.

c) Dotação de solo urbano adequado para dar resposta às necessidades habitacionais da população nas freguesias em espaço rural.

Este objetivo estratégico promove a fixação populacional em espaço rural, e a criação de condições para a instalação de atividades terciárias em pequenos aglomerados, o que pode constituir uma oportunidade se contribuir para a diversidade funcional do concelho. Contudo, a dotação de solo urbano em espaço rural tem demonstrado noutros territórios constituir um risco potencial à geração de situações de conflito entre o processo de urbanização e a valorização, ou apenas manutenção, do património natural e cultural, acentuando a fragmentação territorial, ameaçando a atividade agropecuária, por via da competição pelo recurso solo, e reduzindo serviços dos ecossistemas relevantes como a produção de alimentos, fibra e madeira, a captação de carbono, a fixação de solo e a infiltração de água. Este objetivo estratégico não acautela medidas de reforço do acesso da população à rede pública de infraestruturas de drenagem e tratamento de águas residuais, o que constitui um dos riscos potenciais deste plano em matéria de recursos territoriais e qualidade ambiental. Por esse motivo este objetivo estratégico constitui um risco que pode conduzir à desvalorização do território municipal e deverá ser implementado de forma muito cautelosa para evitar os riscos identificados.

Importa ainda realçar que a conjuntura económica nacional e a estagnação do setor da construção constituem ameaças à concretização deste objetivo estratégico. Nesta tendência

enquadra-se também a redução significativa no orçamento municipal previsto para as funções sociais da habitação e serviços coletivos.

d) Definição de critérios de gestão fundiária através da regulamentação de um regime de cedências e compensações e compatibilização de taxas urbanísticas e introdução de mecanismos de perequação.

Este objetivo estratégico gera oportunidades para a criação de um modelo de ocupação mais qualificado pois promove a partilha dos custos e benefícios da urbanização fomentando assim o alinhamento de intenções públicas e privadas. Potencia igualmente a redução das desigualdades territoriais e cria oportunidade para a gestão adaptativa através da aposta no princípio da igualdade e promoção de situações *win-win* entre munícipes e proprietários.

Verifica-se igualmente uma oportunidade potenciadora de promover a sustentabilidade das despesas orçamentais municipais, nomeadamente pela diminuição dos custos de contexto de investimento através do reordenamento das áreas de acolhimento empresarial. Fomenta, como já foi referido, um alinhamento de intenções públicas e privadas. Contudo, mesmo com a consideração de mecanismos de perequação, não é explorado o regulamento de taxas urbanísticas associadas a estas atividades com a operabilidade desses mecanismos, constituindo por si um risco pela ausência de medidas que suportem as orientações executórias e perequativas.

e) Consolidação dos aglomerados urbanos e contenção dos fenómenos de povoamento difuso.

A promoção da contenção da expansão do solo urbano e da dispersão urbana em solo rural, promove a valorização e salvaguarda do património cultural e natural e a diminuição das necessidades deslocação (diminuição emissões GEE e o consumo energético) reduzindo as distâncias produtor-consumidor aumentando assim a competitividade das atividades económicas, em particular do setor primário.

Contudo, permanece o risco associado à ausência de medidas que promovam a adequação dos serviços municipais aos usos de solo urbano.

f) Racionalização e rentabilização das redes de infraestruturas territoriais e de equipamentos de utilização coletiva e otimização da mobilidade através de uma nova organização do território em agrupamentos de freguesias (Unidades Territoriais);

Este objetivo estratégico promove a otimização das infraestruturas ambientais (saneamento, abastecimento e distribuição de água) através da concentração dos aglomerados, fazendo face às necessidades da população nesta temática. Contribui igualmente para uma melhoria na

qualidade nos sistemas de mobilidade apesar do modelo territorial não explicitar a promoção de formas de mobilidade sustentáveis.

Por outro lado, este objetivo estratégico tem uma dimensão de governança importante pois promove a reorganização administrativa para a desconcentração e descentralização dos poderes atribuídos à CMB, apostando no reforço da descentralização camarária, o que pode constituir uma oportunidade.

g) Melhoria das acessibilidades ao centro urbano e h) Definição de uma nova estratégia para os transportes públicos rodoviários.

A ausência de medidas que conduzam à concretização dos objetivos estratégicos g) e h) para o reforço da acessibilidade e mobilidade concelhia implica uma perda da oportunidade que se poderia traduzir na redução do uso do transporte individual, redução das emissões de GEE, redução dos custos operacionais das atividades económicas e, conseqüentemente, reforço da competitividade concelhia, mantendo-se o risco associado aos níveis de ruído provenientes do transporte rodoviário.

Destaca-se que a intenção de melhoria dos acessos à cidade de Barcelos poderá ver a sua implementação ameaçada pela tendência de diminuição orçamental para esse tipo de obra pública.

i) Adequação dos perfis da rede viária municipal, às funções desenvolvidas.

O presente objetivo estratégico promove a qualidade do sistema viário e cria oportunidade para aumento da atratividade empresarial do município, pese embora algum risco de congestionamento rodoviário em face da ausência de materialização dos objetivos estratégicos g) e h).

j) Revitalização e requalificação dos núcleos de freguesia ou respetivas áreas identitárias.

A criação e reforço de núcleos urbanos promove a valorização e proteção do espaço e identidade rural através da manutenção das características vivenciais do espaço construído e da redução das desigualdades territoriais.

Este objetivo estratégico possibilita igualmente a instalação de atividades terciárias contribuindo para a diversificação funcional do concelho pelo que constitui uma oportunidade para o concelho.

k) Adequação dos aglomerados urbanos à identidade rural do concelho bem como às atuais exigências de qualidade de vida, identificando e delimitando os espaços onde coexistem a função habitacional e as atividades agropecuárias.

Este objetivo estratégico promove, um modelo de ocupação mais qualificado através da criação de espaços que respondam à procura residencial e constituam fator de consolidação e qualificação urbana, concretizando oportunidades para a melhoria da qualidade dos recursos ambientais.

A afirmação dos aglomerados com reforço da multifuncionalidade, poderá fomentar a instalação de atividades diversas como o artesanato, comércio e serviços e aumentar a atratividade de fileiras estratégicas para a criação de postos de trabalho. A forma como este objetivo estratégico se materializa no regulamento poderá estimular a integração destes aglomerados nas rotas turísticas e valorizar o agroturismo contribuindo também para a afirmação de Barcelos como produto turístico integrado explorando recursos endógenos.

Destaca-se a ameaça à implementação deste objetivo estratégico originada pela tendência de diminuição da dotação orçamental para os serviços coletivos.

l) Agrupar as atividades poluentes e dar expressão aos polos industriais.

A criação de polos industriais e ALE promove a instalação de atividades económicas de elevado perfil tecnológico e o estabelecimento de sinergias entre atividades contribuindo para a diversidade funcional e competitividade global. A criação de espaços dedicados à indústria agroalimentar constitui uma oportunidade para estimular a produtividade da fileira agropecuária.

Este objetivo estratégico, também, gera oportunidade de diminuição das emissões de GEE associado ao sistema logístico e a novos edifícios, de realocação de indústrias poluentes, e consequentemente promove a qualificação e atratividade do espaço rural. Contudo, a ausência de incentivos à integração de desempregados locais nestas fileiras, podem gerar riscos.

Tendo em conta a dinâmica económica nacional, há que assegurar que a implementação destes espaços se adequa a perspetivas realistas sobre a sua procura e concretização.

m) Criação de novas formas de apoio à habitação e alargamento dos estratos de população abrangida.

O presente objetivo estratégico revela uma preocupação para situações de vulnerabilidade social de âmbito habitacional, e possibilita a aposta na criação de instrumentos de apoio social ajustados às necessidades da população com maiores dificuldades económicas. Verifica-se também uma oportunidade de aumentar a capacidade do tecido institucional local de dar resposta às vulnerabilidades sociais observadas no concelho, nomeadamente ao nível do desemprego e qualificação profissional.

É também uma possibilidade de redução da segregação e das assimetrias sociais. Contudo, focamos a necessidade de contínuo e sistemático levantamento por parte do executivo (apoiado pelo tecido institucional local) das existentes situações de isolamento de grupos vulneráveis e de exclusão social.

É importante referir de novo as principais tendências críticas a nível social: aumento da taxa de desemprego, baixos níveis de qualificação, aumento do número de dependentes de programas de inserção social e diminuição dos mesmos programas. Todas estas questões poderão ser acauteladas pela adoção de uma política social inovadora dirigida às necessidades da população, apoiada por incentivos à realização de projetos de âmbito social entre a CMB e as demais entidades existentes no concelho.

n) Potenciar a atividade turística como contraponto à crise estrutural das indústrias tradicionais.

Este objetivo estratégico promove o reforço de Barcelos como destino turístico integrado pela criação de espaços qualificados de lazer e recreio e pelo estímulo que pode constituir para atividades económicas com potencial turístico (agropecuária e artesanato) reforçando a sua resiliência económica.

Pode também promover a fixação de atividades terciárias que reforcem a diversidade funcional, e a projeção identitária, quer pela atratividade municipal e fomento do dinamismo económico, quer pela promoção dos recursos endógenos existentes e também pelo estímulo à fixação populacional em espaço rural.

Não obstante, destaca-se o risco associado ao agravamento das baixas taxas de ocupação das unidades hoteleiras resultante da criação de novas unidades em detrimento da qualificação das existentes e ainda, a ausência de incentivos à integração de desempregados locais na fileira do turismo.

No âmbito da qualidade ambiental deverão ser salvaguardadas em regulamento medidas destinadas a evitar impactos no solo, ar e água dos espaços de vocação turística.

No âmbito da medida introduzida pela AAE no objeto de avaliação relativa à temática da eficiência energética, foi possível identificar oportunidades associadas à sua materialização na proposta de plano. Esta medida promove soluções construtivas mais eficientes energeticamente e potencialmente mais rentáveis economicamente o que poderá dar margem competitiva ao setor turístico em particular. Contudo, mantém-se a ausência de incentivos à

adoção de sistemas energéticos mais eficientes ao nível do edificado existente, espaço público, transportes e setores de atividade presentes.

Grande parte dos riscos identificados pela AAE estão associados à **ausência de medidas ou da sua concretização no Plano**. Muitas medidas geradoras de oportunidades relevantes, acabam por ver estas oportunidades abandonadas por falta de concretização das mesmas. Destaca-se a ausência de:

- Identificação clara de medidas de dotação de equipamentos escolares, que colmatem a carência mencionada;
- Medidas que salvaguardem as edificações em zonas vulneráveis a eventos extremos;
- Estratégia de promoção da eficiência energética transversal a todos os setores;
- Mecanismos de incentivos à modernização tecnológica e ambiental;
- Estratégias de promoção da participação pública nos processos de tomada de decisão;
- Mecanismos de visem estimular a qualificação profissional;